



253

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CIMINAL Nº 0053323-25.2007.8.17.0001 (0263717-4)

COMARCA: RECIFE
VARA: 7ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ISAAC JANUÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO LUIZ FERREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO POR CONCURSO DE PESSOAS. PENA-BASE POUCO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PENA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Existindo circunstâncias desfavoráveis ao agente é de ser aplicada uma sanção estatal mais severa, com a fixação da pena-base acima do mínimo legal, não se afigurando excessiva, mas em quantidade suficiente para reprimir a prática da infração e promover a tutela da sociedade.

2. **Apelo não provido. Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos de **Apelação Criminal nº 0053323-25.2007.8.17.0001 (0263717-4)**, em que figura, como Apelante, **Sérgio Batista de Carvalho** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao apelo**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 28/05/2019

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CIMINAL Nº 0053323-25.2007.8.17.0001 (0263717-4)

COMARCA: RECIFE
VARA: 7ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ISAAC JANUÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO LUIZ FERREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

Isaac Januário da Silva recorre da decisão de **fls. 166/171**, que o condenou à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, inciso II do Código Penal Brasileiro¹.

Interposto o recurso de **fl. 175**, cujas razões estão acostadas à **fl. 193**, o Apelante requer seja reformada a sentença para minorar-lhe a sanção, alegando exorbitância da que lhe foi imposta, apresentando-se desproporcional e injusta.

O Ministério Público apresentou contrarrazões, às **fls. 196/197**, requerendo que seja negado provimento ao recurso, mantendo a sentença em todos os seus termos.

A Douta Procuradoria de Justiça, através da Dr. Laise Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer às **fls. 200/203**, manifestando-se pelo não provimento do apelo.

¹ Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II – se há o concurso de duas ou mais pessoas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



O Recorrente encontra-se solto desde 17/10/2007 (fl. 91), quando lhe foi deferido o pedido de liberdade provisória.

É, em resumo, o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 10/04/2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



254

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CIMINAL Nº 0053323-25.2007.8.17.0001 (0263717-4)
COMARCA: RECIFE
VARA: 7ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ISAAC JANUÁRIO DA SILVA
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO LUIZ FERREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

Afirma o recorrente que a sanção que lhe foi aplicada é exacerbada.

Entendo que não lhe assiste razão.

Lendo a sentença hostilizada, percebe-se que a Juíza sentenciante discorreu sobre as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, obedecendo ao sistema trifásico de aplicação da pena.

Para melhor entendimento da controvérsia, vejamos os termos da sentença:

*"a) **culpabilidade**: evidenciada;*

*b) **antecedentes criminais**: imaculados, sendo ele primário.*

*c) **conduta social**: não informada nos autos;*

*d) **personalidade**: aqui, outra circunstância que não tem relação direta com o fato efetivamente praticado, justamente por ser uma característica interna do homem. A propósito, preleciona o douto **Moura Telles** (In **Direito Penal**, 1ª edição, a pág. 401): "Facultar ao juiz a consideração sobre a personalidade do condenado importa em conceder ao julgador um poder quase divino, de invadir toda a alma do indivíduo, para julgá-la e aplicar-lhe a pena pelo que ela é, não pelo que ele, homem, fez." (sic). Todavia, no caso concreto, em voo cego, justamente por contrariar à abalizada posição doutrinária*



255

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

trazida à baila, aventuro-me a considerar que tudo leva a crer que o réu ainda não possui a personalidade voltada para a prática contumaz de delitos;

*e) **motivos do crime:** estes, sim, devem (sic) considerados, na fixação da pena. O homem age, sempre, com uma finalidade. O fim da conduta pode ser exatamente alcançar o resultado proibido, que lesa o bem jurídico penalmente tutelado. E, no caso concreto, não lhes são favoráveis, vez que as consequências extrapenais foram das mais graves à coletividade;*

*f) **circunstâncias:** são elementos acidentais outros que não integram os tipos. Importam significativamente na busca da pena justa, necessária e suficiente, para reprovar e prevenir o crime. E, no caso dos autos, não lhes foram favoráveis;*

*g) **consequências:** são efeitos do fato típico, as consequências da conduta - **nos crimes formais e de mera atividade** - e as consequências do resultado - **nos crimes materiais** - devem ser considerados na fixação da pena base. O resultado, é obvio, não é consequência do crime, mas da conduta e, como tal, é parte integrante do crime, e não seu efeito. Depreende-se, desse modo, que as consequências, de todo e qualquer crime, são graduáveis, mesmo porque a atitude do réu estimula a prática de crimes contra o patrimônio;*

*h) **situação econômico-financeira:** verifico não ser das melhores, uma vez que o inculpatado foi assistido pelo preclaro Defensor Público. O réu, sem dúvida alguma, na atualidade é hipossuficiente;" (fl. 169/170)*

A pena-base de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses, encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos do art. 59 do Código Penal, pois o critério para a sua aplicação depende da avaliação do magistrado sentenciante ao examinar as circunstâncias de natureza subjetivas e objetivas na prática do



256

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

delito. Tendo o juízo se baseado em aspectos relevantes, não poderia a reprimenda deter-se no mínimo legal estabelecido.

Extraí-se ainda dos autos que a sanção foi devidamente reduzida em 06 (seis) meses, pela existência das atenuantes da confissão e da menoridade, e aumentada em 1/3 em virtude das qualificadoras, resultando a pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, perfeitamente adequada ao caso sob análise.

Assim sendo, entendo que a pena definitiva não se afigura excessiva, nem demasiadamente branda, mas justa, adequada e idônea, em quantidade suficiente para reprimir a prática da infração, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.

Pelo exposto, **voto pelo não provimento do recurso**, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 28/05/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL: 0053323-25.2007.8.17.0001 (0263717-4)
COMARCA : Recife - 7ª Vara Criminal
APELANTES : **ISAAC JANUÁRIO DA SILVA**
ADVOGADO : Dr. Antônio Luiz Ferreira
APELADO : Ministério Público de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laise Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pela Defesa de **ISAAC JANUÁRIO DA SILVA** (fls.175 e 193), contra Sentença (fls. 166/171) proferida pelo Juízo da 7ª Vara Criminal da Comarca de Recife/PE, que, julgando procedente a Denúncia, em 23.09.2008, **CONDENOU** o ora Apelante como incurso nas penas do Art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal, aplicando-lhe uma **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto e 13 (treze) dias-multa**, fixados no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, tudo nos autos do processo nº **0053323-25.2007.8.17.0001**.

Narra a Denúncia (fls.02/04) que, no início da tarde de 28 de agosto de 2007, por volta das 12h30min., na Rua Engenheiro Nestor Moreira Reis, bairro do Rosarinho, nesta Cidade, o **Denunciado Isaac Januário da Silva**, em comunhão de desígnios com outros três indivíduos ainda não identificados e mediante grave ameaça, que consistiu na simulação de estar armado, roubou de SOLANGE MARIA PORTELLA JUNIAR certa quantia em dinheiro e 01 (um) aparelho celular de marca/modelo Nokia 6020.

Segundo a peça informativa, consta que a vítima caminhava pelo referido logradouro, ocasião em que foi surpreendida por três elementos, dentre eles o ora Denunciado, o qual, simulando estar portando arma de fogo e ameaçando que iria atirar, anunciou o assalto e ordenou que a res furtiva lhe fosse entregue, sendo prontamente atendido.

Consumado o roubo, o Denunciado e os respectivos comparsas empreenderam fuga, utilizando-se, cada um deles, de uma bicicleta, enquanto que a vítima tratou de acionar uma viatura policial que passava naquelas imediações, a quem



258
Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

oforeceu detalhes sobre a roupa e compleição física dos agentes.

Efetuada diligência pelo bairro, os componentes da viatura GT 2322 do 13º BPM, comandada pelo Sargento CLÁUDIO GOMES DE SOUZA, conseguiram localizar o Denunciado quando este seguia pela Rua Salvador de Sá em uma bicicleta, iniciando-se breve perseguição que culminou com a captura do mencionado elemento próximo da Av. Norte, em poder de quem foi encontrado o telefone celular em epígrafe, conforme descrito no Auto de Apresentação e Apreensão do fl.21.

A denúncia foi recebida por decisão exarada à fl. 54.

Inconformada com a Sentença Condenatória a Defesa do ora Apelante, em suas Razões Recursais (fl. 193), requer a diminuição d a pena imposta ao réu. Alega que o réu é primário, possuidor de bons antecedentes, residência fixa, profissão definida, exercendo a função de coletor de lixo. Afirma também que o Apelante não fez uso de violência ou arma de fogo contra a vítima. Por fim, pede a suspensão do processo ante a detração da pena.

O Representante do Ministério Público, em suas contrarrazões (fls. 196/197), requereu a manutenção *in totum* da sentença condenatória.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laise Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer às fls. 200/203 **pronunciando-se não provimento do apelo.**

A prova da materialidade delitiva está consubstanciada nos Autos: de Apresentação e Apreensão (fl. 21), de Reconhecimento de Pessoa (fl. 23); e o Termo de Restituição (fl. 22).

Por sua vez, o Acusado confessou parcialmente a autoria delitiva, declarando que cometeu o crime sozinho (fls.82/84), esclarecendo, que, não estava armado e fez apenas uma menção de que estivesse, colocando a mão por debaixo da camisa. A vítima, SOLANGE MARIA PORTELA JUNIAR, reconheceu o réu como autor do delito (fl. 23), sua versão encontra-se em sintonia com o depoimento do Sargento da PMPE CLÁUDIO GOMES DE SOUZA (fl. 150), que confirma que a vítima reconheceu o acusado logo após a prisão do mesmo e que a vítima também



259
Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

confirmou que o acusado estava com mais dois elementos quando do assalto; que, os outros dois elementos não foram capturados. No mesmo sentido encontra-se o depoimento das demais testemunhas JOSUÉ VIEIRA DA SILVA e JOSÉ OTÁCIO DE LIMA (fls.150/151)

A Defesa não se insurge contra a condenação dos ora Apelantes como incurso nas penas do Art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal, **restringe seu pedido a questionar aspectos do processo dosimétrico, que passo a analisar.**

Com relação ao processo dosimétrico, o Juiz Singular ao fixa a pena-base em **4 (quatro) anos e 6(seis) meses de reclusão e, à multa, de 10 (dez) dias-multa,** fundamentando que:

- a) **culpabilidade:** evidenciada;
- b) **antecedentes criminais:** imaculados, sendo ele **primário.**
- c) **conduta social:** não informada nos autos;
- d) **personalidade:** aqui, outra circunstância que não tem relação direta com o fato efetivamente praticado, justamente por ser uma característica interna do homem. A propósito, preleciona o douto **Moura Telles** (In **Direito Penal**, 1ª edição, a pág. 401): "Facultar ao juiz a consideração sobre a personalidade do condenado importa em conceder ao julgador um poder quase divino, de invadir toda a alma do indivíduo, para julgá-la e aplicar-lhe a pena pelo que ela é, não pelo que ele, homem, fez." (sic). Todavia, no caso concreto, em vôo cego, justamente por contrariar a abalizada posição doutrinária trazida à baila, aventurei-me a considerar que tudo leva a crer que o réu ainda não possui a personalidade voltada para a prática contumaz de delitos;
- e) **motivos do crime:** estes, sim, devem considerados, na fixação da pena. O homem age, sempre, com uma finalidade.
O fim da conduta pode ser exatamente alcançar o resultado proibido, que lesa o bem jurídico penalmente tutelado. E, no caso concreto, não lhes são favoráveis, vez que as consequências extrapenais foram das mais graves à coletividade;
- f) **circunstâncias:** são elementos acidentais outros que não integram os tipos. Importam significativamente na busca da pena justa, necessária e suficiente, para



268

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

reprovar e prevenir o crime. E, no caso dos autos, não lhes foram favoráveis;

g) **consequências:** são efeitos do fato típico, as consequências da conduta - **nos crimes formais e de mera atividade** - e as consequências do resultado - **nos crimes materiais** - devem ser considerados na fixação da pena base. O resultado, é obvio, não é consequência do crime, mas da conduta e, como tal, é parte integrante do crime, e não seu efeito. Depreende-se, desse modo, que as consequências, de todo e qualquer crime, são graduáveis, mesmo porque a atitude do réu estimula a prática de crimes contra o patrimônio;

h) **situação econômico-financeira:** verifico não ser das melhores, uma vez que o inculpatado foi assistido pelo preclaro Defensor Público. O réu, sem dúvida alguma, na atualidade é hipossuficiente;

Note-se que a pena-base foi fixada pouco acima do mínimo legal previsto que é de 04 (quatro) anos, devendo-se destacar a **culpabilidade do réu** visto que é estudante (fl.72), agiu, portanto, com consciente de sua conduta e, apesar de dispor de renda lícita, proveniente do seu trabalho - coletor de lixo, como disse a Defesa em suas razões recursais (fl.193), buscou obter vantagem ilicitamente, realizando o assalto, **a vítima em nada ter contribuído para a prática delitiva**, bem como **suportou as consequências do delito** já que só lhe foi restituído parte dos bens subtraído. Em razão disto, afastou a pena-base um pouco do mínimo legal previsto, **4 (quatro) anos e 6(seis) meses de reclusão e, à multa, de 10 (dez) dias-multa.**

Outrossim, ao contrário do que alega a Defesa, a valoração positiva da primariedade e dos antecedentes não são suficientes a impedir o afastamento da reprimenda do seu patamar mínimo, principalmente porque no caso concreto presente, como vimos, há circunstâncias judiciais desfavoráveis ao Recorrente, (HC 84337, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 30/11/2004, DJ 17-12-2004 PP-00071 EMENT VOL-02177-02 PP-00279 LEXSTF v. 27, n. 315, 2005, p. 361-368) (grifei)

Em seguida o Juiz a quo reconheceu em favor do réu as circunstâncias **atenuantes da confissão espontânea e da menoridade à época do cometimento do fato-crime** (art. 65, inciso I e III, alínea "d" do CP), reduzindo a reprimenda em 6



261

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

(seis) meses, passando assim para, 4 (quatro) anos de reclusão e, à multa, de 10 (dez) dias-multa.

Na fase seguinte aumentou a pena em razão da majorante do § 2º, inciso II, do art. 157, do CP, face ao concurso de pessoas, em um terço 1/3, totalizando uma pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e, à multa, de 13 (treze) dias-multa, tornando-a definitiva, ante a inexistência de outras causas de aumento ou de diminuição e de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Note-se que o próprio Acusado confessou que, ao anunciar o assalto, simulou o porte de arma de fogo (fl.83), sua versão é corroborada pela declaração da vítima (fl.11), o que caracteriza o emprego da grave ameaça, ante a supressão da capacidade de resistência da vítima.

Por fim, no que concerne a pleito de suspensão condicional da pena entendo não ser possível, pois o réu não preenche os requisitos do Art. 77, do CP, já que foi condenado a pena superior a 02 (dois) anos de reclusão, bem como o delito foi praticado com grave ameaça, já que o Acusado simulou estar armado. Também não faz jus a suspensão condicional do processo já que o delito por ele praticado possuir pena mínima superior a 01 (um) ano e, como dito anteriormente, o delito ter sido praticado com grave ameaça, nos termos do Art. 89, da Lei 9.099/1995.

Assim, **nego provimento ao apelo**, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor